

Isis do Mar Marques Martins

# O migrante na cidade do Rio de Janeiro

uma discussão necessária

## Resumo

*O objetivo deste artigo é trazer elementos espaciais e temporais para analisar as estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes via processo contraditório de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Isto se dará de duas maneiras: primeiro, na análise das intervenções do Estado que inscreve políticas públicas que afetam - e afetarão - tais migrantes; e segundo nas práticas de migrantes oriundos da região Nordeste do país na cidade do Rio de Janeiro e o paulatino processo de urbanização frente a práticas e discursos que contradizem a inserção do migrante na cidade. Não desmerecendo o papel do mercado e do Estado na formulação de políticas que na maior parte das vezes escamoteiam as práticas dos migrantes, focamos em como estes produzem - politicamente e socialmente - suas próprias políticas, apartadas, mascaradas e colocadas à margem de suas próprias escolhas.*

Migrante

Rio de Janeiro

Políticas Públicas

## Abstract

*This paper aims to present spatial and temporal elements to analyze the strategies of mobility and permanence of migrant groups by the contradictory process of urbanization in the city of Rio de Janeiro. This will happen in two ways: first, on the analyses of the State interventions that inscribes public policies that affect - and will affect - such migrants; and second, on the practices of migrants from Northeast region of Brazil in the city of Rio de Janeiro and the gradual process of urbanization facing the practices and discourses that contradict the insertion of the migrant in the city. Not detracting from the role of the market and the state in formulating policies that often evade migrant practices, we focus on how they produce - politically and socially - their own policies, separated, masked, and placed on the margins of their own choices.*

Migrant

Rio de Janeiro

Public Policies

## INTRODUÇÃO: A CIDADE DE MIGRAR E A CIDADE DO MIGRANTE

*Vim do Norte, o quengo em brasa  
Fogo e sonho do sertão  
E entrei na Guanabara  
Com tremor e emoção  
Era um mundo todo novo  
Diferente meu irmão  
Mas o Rio abriu meu fole  
E me apertou em suas mãos  
É Rio de Janeiro  
Do meu São Sebastião  
Para o samba três minutos  
Pra cantar o meu baião*

**Luiz Gonzaga – Baião de São Sebastião**

Luiz Gonzaga nasceu em Exu, divisa entre Pernambuco e Ceará. Entre o fim da década de 1930 a 1940, depois de passar por várias cidades de Minas Gerais e São Paulo, migra e se instala no Rio de Janeiro. Nesta cidade, conhece um violonista que o hospeda na rua São Carlos, entrada para os morros do Zinco, da Mineira e São João Operário, no centro. Lá toca sanfona, tenta sucesso no programa de rádio monopolizado pela música “acariocada”. Com um lema novo, em um momento específico, começa a fazer sucesso com xotes e baiões de sua terra, uma terra da fronteira nordestina, mas onde a desigualdade que o levou a migrar opera na mesma base que o levou a fazer sucesso com seu baião. Por que São Sebastião do Rio de Janeiro parou para ouvir o seu baião?

Em grande medida, a década de 1930 já tem acentuada na capital do Brasil o elevado fluxo migratório da região Nordeste para o Sudeste do país. Migrantes de Pernambuco, Paraíba, Bahia, dentre outros, participam direta e indiretamente da economia, da política, das relações sociais produzidas no espaço urbano em ascensão na capital fluminense. O baião, trazido por Gonzaga, além de um fato importante para acentuar a moda regionalista lançada no período com a corrente modernista, também é parte de uma nostalgia do lugar deixado por inúmeros migrantes na cidade, que a produzem e que, a partir desse baião de Luiz Gonzaga, abrem as portas da cidade do Rio de Janeiro.

Se pensarmos que a cidade do Rio de Janeiro é também inventada pelos oriundos da região Nordeste quando estes produzem a cidade, transformam-na, “erguendo paredes sólidas”, nas palavras de Chico Buarque, e queas invenções de cidade são também as estratégias de sobrevivência na cidade, Luiz Gonzaga, o Gonzagão, como em sua música Baião de São Sebastião, fez dessa cidade a base de sua realidade

como migrante, a construir táticas de permanência no morro, no centro, no subúrbio, no Brasil e para o Brasil.

A música de Luiz Gonzaga é também a construção narrativa de uma região para os migrantes – sejam os que foram para o Sudeste-Sul e de fato mobilizaram-se fisicamente, sejam os que permanecem em seus lugares de origem, mas não desfrutam de seus espaços por sujeição e/ou abandono político e social –, é um pouco de uma saudade em relação a esse lugar do nordestino – tanto ao chão que pisa, quanto às atividades que ele promove principalmente nas zonas rurais –, mas também a percepção individual da sujeição que eleva as marcas de uma contradição que começa quando se nota que algo está errado, que o padrão queimar sua casa (como na fala de um dos migrantes na cidade do Rio de Janeiro) não é legítimo.

Dessa forma, o que temos em comum com a vida e a trajetória de Luiz Gonzaga? Que nossas cartografias traçadas no decorrer deste trabalho são de migrantes oriundos em sua maioria do interior dos estados que compõem a região Nordeste e habitam, de ontem a hoje, as favelas cariocas.

## O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O MIGRANTE

A cidade do Rio de Janeiro, que já foi Distrito Federal e hoje é uma metrópole com mais de nove milhões de pessoas, é habitada por diversos migrantes de épocas distintas, portanto de processos diversos. Entendemos, dessa forma, que a construção da cidade do Rio de Janeiro é também um conjunto complexo e plural de estratégias de vida de múltiplos grupos migrantes que fazem e refazem essa cidade.

No Rio de Janeiro, essa contextualização torna-se essencial para entender a produção do espaço urbano enquanto teias que incorporam discursos de migrar, de morar, de sujeitos e corpos que “se instalam”, e não revela a cidade do Rio de Janeiro tal como ela é: diversa, conflitante, estratificada. Para isso, precisamos entender o papel da cristalização desse urbano e dessa forma de pensar o urbano no Rio de Janeiro. Começamos pelo seu processo consolidado de apartamento espacial (SOUZA, 2011; SOUZA E SILVA e BARBOSA, 2005; LAGO, 2000). É necessário traçarmos uma reflexão acerca da mobilidade, seja a mobilidade do migrante que chega à cidade do Rio de Janeiro, seja o seu poder de mobilidade na permanência na cidade que chega.

A questão da mobilidade na cidade do Rio de Janeiro não é nova. Para Abreu (2008), as cartografias que indicam o nível e as hierarquias de poder de mo-

bilidade da sociedade na urbe carioca se iniciam ainda no século XIX. No final da década de 1890 para 1910, essa configuração é consolidada, com a chegada dos trens e dos bondes na chamada Zona Norte e centro do Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Dentro desta configuração de urbano, o próprio Estado produz políticas que se inscrevem na urbe carioca, do século XX ao XXI.

Para o autor, esse processo ratifica o conflito de espaços de trabalho, de lazer, de serviços e consumo etc. É a Reforma Passos que demarca o processo de verticalização da mobilidade na espacialidade urbana do Rio de Janeiro. É nessa época, por exemplo, que ocorre a transição dos chamados locais de cabeças de porco (cortiços e vilas) para a ocupação das favelas em maior vulto.

O período de 1940 em diante é caracterizado pelo fomento via iniciativa privada de indústrias na chamada periferia urbana imediata da cidade. Essa industrialização de médio porte<sup>2</sup> afeta a dinâmica urbana em dois aspectos: a evolução da rede viária durante a década de 1940 em diante, intensificada na década de 1950, e principalmente, a migração interna tanto de originários de outras cidades do estado do Rio de Janeiro quanto de outras regiões do país, tais como Espírito Santo e Bahia.

A chegada do migrante é legitimada enquanto processo de construção do espaço da urbe carioca, bem como seu processo de expansão social, econômico e espacial, tanto das corporações de médio porte quanto do próprio Estado, no emprego e manutenção de mão de obra. A partir da década de 1940, a expansão da chamada Zona Oeste – em contraste com o centro, chegando a índices maiores que oitenta – nos ajuda a pensar que as políticas de inserção na cidade começam a se inserir na lógica de uma porção específica, a partir dos ditames do Estado e do capital.

Na década de 1960 houve o crescimento da cidade pela chamada Zona Norte e a expansão de favelas nessa área, que compreendiam os bairros Tijuca, Méier, Madureira, Anchieta/Irajá, Leopoldina e Ilha do Governador. Esse crescente, para além da evolução do sistema de transportes, deu-se também pela recorrente política de realocação de favelas para as áreas da cidade e pela remoção de moradores para outras. Conforme Abreu (2008):

1 Essa reconfiguração converge para o investimento maciço vindo de fora de grandes empresas automotivas e, em grande medida, para a expansão das indústrias inglesas de transportes automobilísticos viários.

2 Entende-se indústria de médio porte porque se encontram no perímetro urbano de uma metrópole e, principalmente, porque a maioria das indústrias na cidade eram voltadas para a produção interna de bens de consumo não duráveis (alimentos, tecelagem, dentre outros).

A intensificação do processo de concentração de renda, viabilizada pela política de arrocho salarial pós 1964, levou a dois efeitos significativos sobre a evolução da forma urbana. Em primeiro lugar, resultou num processo drástico de remoção de favelas dos locais mais valorizados da zona sul, para que aí fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração), ou para que os morros fossem mantidos livres e “desembaraçados”, condição necessária para a sua venda, pela empresa imobiliária como “áreas verdes” [...]. Em segundo lugar, levou a um processo intenso de especulação imobiliária que, logrando êxito, determinou a expansão horizontal da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, contando, para isso, com a ajuda decisiva do Estado (ABREU, 2008, p. 145).

É na década de 1970 que mudanças marcantes ocorrem na dinâmica espacial, mas também discursiva do urbano na cidade do Rio de Janeiro. Além do que muitos autores irão chamar de processo de consolidação da metrópole carioca pois houve, primeiro, o indicativo de crescimento demográfico maciço de outras regiões e principalmente de outras áreas da cidade para áreas periféricas<sup>3</sup>, segundo, a transferência da capital do Brasil para Brasília e o fomento de outras maneiras de fonte de renda para a cidade, que efetivou as atividades – internas e externas – do terceiro setor, e, terceiro, por conta dessas mudanças territorial, financeira e comercial, o setor do turismo na década de 1970 se expande e se transforma no foco das principais políticas públicas da cidade, inaugurando um consumo visual da paisagem (ZUKIN, 2006) de um Rio de Janeiro “cidade-maravilhosa”.<sup>4</sup>

Foram marcantes, dessa maneira, mudanças socioespaciais em alinhamento às práticas do Estado e do capital na produção de paisagens que a riqueza e frentes de migração que não o do pobre, do periférico, eram aceitas. Dentre as principais intervenções, está a consolidação de um espaço urbano entre favelas e prédios de luxo, que se intensificam principalmente em um lado da cidade, e essas são as primeiras impressões daquilo que grafam o espaço do migrante em um espaço de conflito, mas também em um espaço de resistência na cidade e para a cidade, ao concebê-lo também como seu, também como produzido por ele.

3 A Região Administrativa de Jacarepaguá merece destaque. Cf. ABREU (2008), de 1950 a 1960 houve um crescimento urbano e populacional em cerca de 80%.

4 Consumo visual da paisagem que se inicia ainda no início do século XX, mas se intensifica e se espalha em cidades do estado do Rio de Janeiro, unificado em período corrente.

## RIO DE JANEIRO: “QUEM CHEGA PRIMEIRO?”

Importante é, na reflexão acerca do migrante na cidade, a ocupação do espaço que não raramente ocupam: a favela. Tal associação não se dá por um caráter denunciante ou simplesmente agregador de uma política pontual de provisoriedade que, muitas vezes e em experiências no mundo, o migrante é inserido,<sup>5</sup> mas pelo próprio arranjo espacial classista e contraditório que a cidade tem por assunção a partir de uma política pública segmentária, mas ainda carregada de estereótipos e determinações quanto à origem e à relação do migrante com a favela “em situação de marginal”, de “desordem profunda”.

Na década de 1930, assim como o percurso do século XX, o estado do Rio de Janeiro não obteve índices de industrialização maciça e de grande porte como o estado de São Paulo, e, como foi apontado anteriormente, a prioridade foi a construção de indústrias que fomentassem o mercado interno. Mesmo nos dias de hoje, os investimentos para indústrias de base, ou de grandes corporações, não são de grande vulto. Na década de 1970, a especulação financeira na urbe carioca privilegiou e intensificou o próprio arranjo urbano de um lado, e, de outro, a inserção de novos espaços via crescimento urbano e ascensão (e relação) das classes média e alta.

O termo “favela” surge a partir de um local específico: o morro da Providência, localizado na área central do Rio de Janeiro e abrigo não somente de escravos alforriados, mas também de ex-soldados da Guerra de Canudos – finalizada no início do século XX. Na década de 1920, conforme Abreu (2008), é que o termo se generaliza para as demais áreas da cidade localizada em morros onde habitavam, segundo os jornais locais, a insalubridade e a sujeira. Foi a partir da década de 1930 que a favela se insere (sem deixar de ser ignorada) como pauta de ações políticas por parte do Estado, não mais como mecanismo de limpar as ruas da desordem e do caos de sujeitos indisciplinados, mas a transição para a incorporação de uma política de controle e segurança.

No início da urbanização, o agravamento da falta de habitações populares foi abordado como uma questão sanitária e de disciplinamento da mão de obra, por intermédio de uma política de estímulos fiscais (isenções, abatimentos etc.) à construção de

habitações proletárias. Entretanto, até por volta dos anos [19]40, além dessas tímidas tentativas, a intervenção pública foi basicamente repressiva, orientando-se para a “solução” do problema das favelas através da erradicação física. Além da sobejamente conhecida remodelação urbana de Pereira Passos nos primeiros anos do século XX, diversas favelas do centro da cidade desapareceram nos anos [19]20. Mas é em torno dos anos [19]40 que as favelas aceleram mais fortemente sua multiplicação, e se abandona o enquadramento do problema em termo de “solução”. (MACHADO DA SILVA, 2005, p. 226)

Ainda na primeira metade do século XX ocorrem mudanças importantes, principalmente nos dispositivos de controle e ordenamento da cidade do Rio de Janeiro no chamado Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas. As relações entre polícia e criminalidade são muito tênues, e na década de 1950 se legitima um processo de absorção de um sistema policial viciado em relações de troca.

Nesses contextos, se insere paulatinamente uma absorção do termo “favela” como não enquadrado à ordem da cidade, e se cristaliza em uma relação de necessidade dos seus moradores a partir de suas condições precárias de viver e habitar. Vão se somando às favelas, no início do século XX, os antigos moradores de cortiços e vilas, também retirados arbitrariamente da paisagem em prol da construção de uma cidade “com cara de cidade” – sem se ater que a cidade é inerente, surge também do conflito e da contradição de classes, de esferas da sociedade (SOUZA e SILVA; BARBOSA, 2007).

Surtem também políticas assistencialistas que reproduzem o discurso de higienização e limpeza urbanos, sem considerar que a imensa maioria dos moradores de favelas da e na cidade habita e trabalha em prol da construção dessa cidade, muitas vezes ratificando as desigualdades e consciente de que o prédio que produz, por exemplo, não será habitado por ela. Isso também é construir e, portanto, fazer parte da cidade.

Na medida em que a presença das favelas é algo já consolidado – muito embora o desejo remocionista ainda permaneça – os setores dominantes da sociedade carioca tiveram que criar mecanismos que possibilitassem a manutenção de seu modo de vida, sem que para isso fosse necessário explodir as favelas, como muitos desejariam. A convivência, por vezes forçada, com os favelados que circulam pelas suas ruas e invadem as suas praias é um dado da realidade que não pode ser desconsiderado. Desta forma, mais que um empreendimento urbanístico, a destruição da cidade do Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Ver sobre o assunto, o papel do Estado em ratificar o discurso contraditório do migrante, mas paradoxalmente inseri-lo nas políticas de produção e consumo no espaço, em experiência francesa: SAYAD, Abdelmalek. O migrante e os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 2008.

se sustenta no discurso construído sobre os setores populares, e vem assumindo uma dimensão definidora das relações e das ações do Poder Público com as favelas (FERNANDES, 2005, p.47).

Pelos estereótipos estabelecidos, ainda meados do século XX, ocorre uma mudança que parte dos moradores no sentido de substituir favela por comunidade. É, de fato, a primeira mudança que resultou em um processo de distorção em prol de um discurso que legitima o controle e o cerceamento social em lugares específicos em uma cidade para segregar e alimentar uma imagem de cidade, de Rio de Janeiro. Vale ressaltar que é ainda pelo poder público que esse mecanismo começa, como aponta Souza (2011):

Talvez mais que qualquer outro tipo de saber, o planejamento e a gestão (sejam urbano, regionais ou outros) promovidos pelo Estado tipicamente privilegiam um olhar sobre as sociedades e seus espaços “do alto” e “de longe”. Uma das consequências disso é que planejadores urbanos a serviço da administração estatal se utilizam de um vocabulário cujo conteúdo muitíssimo raramente é objeto de qualquer reflexão, sobretudo de natureza crítica (SOUZA, 2011, p. 151).

O termo “comunidade”, no revés, resulta críticas ao Estado e suas manifestações, no âmbito homogeneizador, alienante e destituído de um sentido de cidade e urbanidade. O resultado é ratificado nas políticas superficiais que persistem no discurso de limpeza urbana, higienização da cidade, atendimento à clientela, do pobre, do coitado, do sujeito que habita as favelas. Paralelo, obras efetivas de saneamento, educação, saúde, espaços públicos de qualidade e manutenção de áreas de risco que procurem escutar quem de fato habita tais locais, como veremos adiante, ainda fazem parte de uma utopia.

O Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. No caso brasileiro atual (período pós-1964), esse comportamento, associado a uma prática política concentradora e antidistributiva, tem-se refletido na acentuação das disparidades intrametropolitanas [...]. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem (ABREU, 2008, p.15).

Dois processos vão ao encontro das recentes políticas nas quais o Estado reside como agente socioespacial, que se cruzam e se consolidam entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente na cidade do Rio de Janeiro: primeiro, o tráfico ilegal e a legitimação de uma rede de agentes que distribuem e reproduzem uma relação mercantil com esse tráfico (cf. SOUZA: 2011), e, segundo, as transformações que a polícia e o poder que ela constrói na cidade enquanto política pública.

Contudo, a favela já existia, persistia e, mesmo com constantes e concomitantes políticas de realojamento e transferência de seus moradores, não só legitimava que o Estado impunha um discurso de que a favela é um problema, como tentava – e tenta – esconder a favela – e os favelados – e sua resistência em paradoxalmente existir como integrantes e produtores da cidade.

As ações do Estado nas favelas, em sua maioria, caracterizam-se pela ignorância ou desprezo às estratégias criativas, complexas e heterogêneas efetivadas pelos moradores na corrida pela melhoria da qualidade de vida. Essas ações desconhecem as redes de sociabilidade, de circulação no conjunto da cidade, de participação na vida pública e, finalmente, de interpretação das vivências produzidas pelos moradores ao longo do tempo (SOUZA E SILVA, 2005, p. 65).

A década de 1970 marca a consolidação dessa urbanização (SOUZA, 2008; SOUZA e SILVA, BARBOSA, FAUSTINI 2012; ABREU, 2008; CARLOS, 2000). A considerar que a favela já existia, e o crescimento populacional, em grande medida pela inserção de migrantes de várias regiões do Brasil, assumiu papel crucial nessa urbanização, quem a produziu, afinal?

A resposta nos aponta um revés analítico de não apenas se colocar na posição estratégica dos sujeitos que compõem a cidade e seus processos produtivos de crescimento, organização interna, conhecimento e causa, mas também de questionar um discurso que legitima o papel desarticulador e impositivo de fazer políticas públicas, considerando a urbanização como causa objetivada, isto é, como nascida pronta de um acaso, e não consequência da produção de um espaço desigual. A urbanização, portanto, é produto do fazer espacial, do ser e estar em um espaço urbano e em uma cidade. É também fruto de um trabalho migrante do migrante.

Esse espaço de conflito e resistência é marca também do processo desigual que, em medida, restringe a capacidade de mobilidade na e da cidade. No sécu-

lo XX, como apontamos, as políticas urbanas priorizaram parcela da população, ao mesmo tempo que expande a cidade para outras áreas, ou zonas. Cabe destacar também que na década de 1970 ocorreram maciços investimentos estruturais nas regiões administrativas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, sob a gestão de Chagas Freitas, como governador do estado da Guanabara, sucedido por Marcos Tamoyo, já como prefeito do recente município do Rio de Janeiro. O prefeito Marcos Tamoyo instituiu, em decreto publicado em 3 de março de 1976, a área administrativa de Jacarepaguá e os loteamentos respectivos.

Para autores como Lago (2000), a década de 1970 marca, com a expansão da metrópole e de suas centralidades, a consolidação das desigualdades espaciais, principalmente no que se refere ao subúrbio, o centro e zona sul da cidade, marcadas pelo apartamento social já muito claro. A concentração de renda e a especulação da terra elevam um padrão de vida da Zona Sul para São Conrado e Barra da Tijuca, enquanto migrantes se mobilizam entre Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Campo Grande, Santa Cruz e Itaguaí. O crescimento na região de Jacarepaguá foi além de 3% por ano, o que indica um elevado crescimento para os padrões.

A década de 1970 também intensificou o discurso de urbanização versus marginalidade econômica. No contexto do discurso do migrante e sua relação com a cidade, há o “mito da marginalidade”, conforme Perlman (1977), incrustado em uma lógica que visa a promover um duplo sentido, isto é, o de marginalização do migrante enquanto o sujeito objetivado para o trabalho, inserido temporariamente na cidade e muitas vezes considerado “o invasor”, “o desorganizador” da cidade, mas também vitimizado e assistido pela ausência de organização.

Ao falarmos de urbanização (quando falamos no sentido de compartilhar conhecimentos, seja do senso comum ou do senso crítico, mas que muitas vezes estereótipos e preconceitos transbordam tais sentidos), tem-se a associação desta com o crescimento populacional e social de determinados espaços, como se urbanizar fosse aumento de população e extensão a partir do crescimento econômico e financeiro de um lugar vinculado a utilização de recursos sociais, humanos, políticos e econômicos para tal. Em suma, urbanizar é um evoluir em população e em economia, em captação de recursos. Mas, nos questionamos verdadeiramente do sentido dessa urbanização enquanto consequência desse crescimento social e urbano em si. Perguntamo-nos: efetivamente, quem constrói o urbano, quem faz da cidade, a cidade?

Para Davis (2006), há dois problemas de relevância quando se trata em analisar a urbanização e as fa-

velas: um deles é o crescimento urbano causado por medidas tanto de mobilização do capital, enquanto “facilitador” de recursos e modos de produção, quanto da constituição de um urbano dotado de problemas de ordem estruturais e de moradia. Contudo, as favelas, hoje, apesar de seus problemas, produzem diversos meios de contestação e problematização de suas realidades.

A partir de Ventura (1994), podemos então analisar que sua cidade partida, entre a violência e a desordem, mascaram outras partes alijadas por uma esfera pública que se mostra beneficiada pelo caos enquanto discursa a ordem. Quando encara os processos migratórios entre as décadas de 1970 a 1990, na migração interna e no bojo das migrações contemporâneas sul-sul e intercontinentais, ou as políticas são ignoradas ou são utilizadas pelo caráter assistencialista da cidade partida<sup>6</sup>.

Assim, o final do século XX mostra um caráter dimensional de uma cidade mais que partida (cf. VENTURA, 1994). A cidade como discurso de um urbano qualificado, expresso em uma cidade mascarada pela violência e pela desordem e a cidade planejada na urbanização e no urbano em processo de organização. E a cidade que é produzida enquanto discurso se vê contra o migrante, desqualifica-o em prol do agrado de status e reconhecimento.

## A CIDADE, A FAVELA E O MIGRANTE NA ATUALIDADE

O migrante, contexto de urbanização de uma cidade considerada metrópole, traça os vínculos que permitem espriar a construção de outros espaços e outras cidadanias, que se reformulam conforme estratégias na cidade. Geometrias (MASSEY, 2008) e/ou cartografias (ROLNIK, 2011) são construídas no processo de produção do espaço e da cidade, cravadas na mudança do sujeito insurgente.<sup>7</sup> Cidadanias se fazem e perfazem, no conflito e na contradição. Produzem

<sup>6</sup> ABREU (2008) aponta a evolução e a construção de paradigmas do urbano da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX até aproximadamente a década de 1960, quando se consolida um projeto de cidade veiculada ainda hoje por todo o território nacional: o Rio de Janeiro morfológicamente deslumbrante ao lado de uma disparidade urbana que culminam na violência e na desordem. Veremos adiante que, na relação do migrante com a cidade, se intensifica tal discurso e se ratifica o conflito espacial vinculado a homogeneização de seus múltiplos fenômenos migratórios.

<sup>7</sup> Sujeito que constrói relações e subjetividades constantemente e mútuo ao seu processo de formação a apropriação, mesmo que parcial, conforme Lefebvre, do espaço urbano, conforme apontaremos no decorrer do trabalho.

estratégias mais complexas que a simples noção de sobrevivência, pois remetem a lutas por espaços de cidade, e se recortam no cotidiano encarnado pelas dialéticas do ser e estar na cidade.

Ele, portanto, se insere na constituição de um sujeito dentro da cidade e corrobora a sua produção autônoma nessa e dessa cidade. É um sujeito social, dotado de sentidos e experiências que o faz integrante.

Na relação entre o migrante no espaço migrante, isto é, o lugar em que está (em relação ao lugar de partida), tem-se, por vários pesquisadores – geógrafos, sociólogos, psicólogos etc. –, a visão de que a migração é estabelecida por uma opção de surgimento de necessidades aferidas por relações contraditórias e desiguais em um espaço discursado por políticas e demandas para uma minoria, vinculado a um Estado também desigual. Tal perspectiva crítica é, para tanto, o principal foco de análise, pois é dela que se tiram as principais relações espaciais que produzem e reproduzem.

Porém, vemos a necessidade de pensar além dessa perspectiva, pois se entende que, antes de uma necessidade de um viver em um espaço inundado de ideologias, o movimento é produzido conforme relações cotidianas emergem de um cotidiano que se transforma e é transformado. Além de um “espaço alienado”, um espaço que se cruza entre conflitos subjetivos e subjetivados a um sujeito que se coletiviza enquanto relação conflitante com sua própria subjetivação, estratégias são construídas constantemente como fruto desses conflitos.

Entendemos que produzir espaço é também produzir-se, tal como Carlos (2000) ressaltou. Contudo, entende-se também que elevar a ideia de produção ao sentido norteador do conceito é também ato de reflexão e aprimoramento de um ideal de cidade, que, dessa maneira, envolve inserir políticas públicas efetivas que tenham como pauta prioritária o papel abrangente do poder (e) da cidadania para as sociedades ouvirem os construtores e produtores do espaço de fato, no âmbito do poder legislativo, no qual representantes são eleitos democraticamente.

No do século XXI se inicia um processo de transição social e no corpo espacial da cidade do Rio de Janeiro. O discurso da violência se sofisticou e atraiu mais que a escala local para a regional e nacional. Casos de extrema intolerância humana surgem na grande mídia tanto por parte do tráfico e das organizações quanto da polícia e dos comandos “disciplinares” aparelhados pelo Estado. A violência e a desordem urbanas são as principais pautas, e os programas de inclusão social cada vez estão mais voltados para o assistencialismo reducionista e produtos de políticas tendenciosas pelo voto e pela política rasa de inserir

espacialmente a cidade como um todo.

Destaca-se que não é plausível uma visão romantizada. Nosso intuito é, ao contrário, entender, a partir da ótica das políticas públicas, o porquê da relação tão incisiva por parte do poder público em relação a espaços marginalizados por grupos dominantes. Para além dessa reflexão, perguntamo-nos se de fato, e tal como atualmente é apregoado pelo poder estatal na cidade do Rio de Janeiro, houve a erradicação e/ou diminuição dos índices de violência e desenvolvimento social a partir dos projetos mais que nunca ligados às reflexões feitas pela geografia, e se realmente essas interpretações refletem as discussões contemporâneas da geografia no Brasil e no mundo.

Assim, sociólogos, geógrafos e cientistas sociais em geral debatem o papel da favela na cidade do Rio de Janeiro. Intelectuais em todas as escalas questionam o termo “comunidade” em substituição a “favela”. Planejadores se inserem nessa nova conjuntura formulada principalmente a partir da Constituição de 1988. Agentes públicos se inserem na gestão estatal e municipal em busca de soluções para a chamada calamidade social que “assola” a cidade do Rio de Janeiro. Organizações de todas as vertentes se inserem nas favelas em busca de violações dos direitos humanos, diante de vários problemas desse cunho.

A representação da favela como práxis e conceito ligado à presença de poderes paralelos superficializa duas discussões deveras importantes: a convivência do poder público nessas relações e o conflito gerado entre o Estado e a sociedade local. O diálogo prioriza a importância do controle conforme o Estado nomeado a partir do papel da polícia. Assim como o próprio discurso do Estado, na preocupação excessiva em mitigar conflitos em possibilidades claramente paliativas, que não aprofundam a inserção de consciência política.

## CONSIDERAÇÕES: DO MIGRANTE À FAVELA, DA FAVELA À CIDADE

Políticas públicas pertinentes existem quanto à aproximação do cidadão no espaço, e se esse espaço, visto como movimento múltiplo e contínuo, que transforma inerentemente ao novo e à negociação entre as diferenças, realmente existe na pauta política do poder público e do Estado? Ora, sabemos o quanto isso é distante da realidade. Mesmo em espaços de maior discussão e maior conscientização, essa discussão se resume a necessidades superficiais de demandas particulares.

A partir dessa reflexão, pensamos que o cerne não é a crítica ao planejamento urbano e aos conflitos da

cidade, mas a forma de como o conflito alimenta as contradições de uma sociedade desigual. A cidade “globalizada” é hoje uma discussão despreziosa em relação à nossa realidade, e, portanto, é um discurso conveniente atualmente para interesses financeiros e especulativos que toleram a possibilidade do diverso somente para usufruir arbitrariamente. O Estado, participante desse paradigma de “planejamento gerenciado”, incorpora feições desse estado de exceção, a partir de uma lei que tolera a violência nos mandos e desmandos do próprio poder executivo, e em casos extremos, age sem qualquer moralidade em detrimento de interesses exclusivistas.

O espaço urbano não se faz pela planificação da harmonia e da vida nessa forma de qualidade. Reconhecer que o conflito faz parte da cidade é um papel político da humanidade e dos cidadãos. Cidadania é a consciência da cidade como parte intrínseca de si mesmo e do seu viver, de forma consciente, produzindo espaços e lugares, na transformação de espaços e lugares em movimento. É, portanto, de interesse público ter em mente que a liberdade do sujeito perpassa a consciência política de cada, de sua importância no espaço e na sua construção constante, entrecortada por encontros e lugares sempre em movimento, que produzem acasos, perspectivas e pensamentos que propulsionam a reflexão, a ciência, o contexto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica de lugar**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2012.
- BURGOS, Marcelo B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In: BURGOS, Marcelo B. (org.) **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora Loyola/PUC, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EdUSP, 2000.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- FERNANDES, Fernando Lannes. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. **Cidades** (Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos). 2005, Vol. 2, nº 3, p. 37-62.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LAGO, Luciana Corrêa. **Desigualdade e segregação na metrópole**. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do problema favela. In.: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PÓVOA NETO, H. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. **Travessia, nº 19**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1994.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.
- SAYAD, Abdelmalek. **O migrante e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SOUZA E SILVA, Jailson da. BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão que arranha o céu: A lógica da reprodução monopolista da cidade**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, 1991.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2006. ■